



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DESEMBARGADOR(A) ELEITORAL  
RELATOR(A) DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO  
GRANDE DO SUL**

**Prestação de Contas nº 0602209-30.2022.6.21.0000**

**Procedência:** PORTO ALEGRE-RS

**Prestador:** JULIO CESAR VIERO RUIVO - DEPUTADO ESTADUAL

**Relator(a):** DES. CAETANO CUERVO LO PUMO

**PARECER**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL. PARECER CONCLUSIVO PELA DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE GASTOS COM RECURSOS DO FEFC. IRREGULARIDADE CONSISTENTE NA AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PELO ARTIGO 35, § 12, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. FALTA DE ESPECIFICAÇÃO DOS LOCAIS DE TRABALHO E DE INDICAÇÃO DE HORAS TRABALHADAS. IMPERIOSA DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES AO TESOIRO NACIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS E A DETERMINAÇÃO DE RECOLHIMENTO AO TESOIRO NACIONAL DO MONTANTE DE R\$13.876,40.**

**I – RELATÓRIO.**

Trata-se de prestação de contas, apresentada pelo(a) candidato(a) em epígrafe, na forma da Lei nº 9.504/97 e da Resolução TSE nº 23.607/2019.

A Secretaria de Controle Interno e Auditoria TRE/RS, conforme Parecer Conclusivo anexado aos autos, opinou pela desaprovação das contas, tendo em vista a aplicação irregular de recursos do Fundo Especial de Financiamento de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Campanha, apontadas no item 4.1.1, cujo valor de R\$13.876,40 está sujeito à devolução ao Erário na forma do art. 79, §1º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Após vieram os autos a esta Procuradoria Regional Eleitoral para a apresentação de parecer.

É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO.**

Como antes referido, a Unidade Técnica identificou a aplicação irregular de recursos públicos do FEFC no montante de R\$ 13.876,40, uma vez que os contratos firmados entre o candidato e os prestadores de serviços de militância não informam o local de trabalho e/ou as horas trabalhadas diariamente, em desatendimento ao que dispõe o artigo 35, §12, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Com efeito, a utilização de recursos do Fundo Especial de Campanha para o custeio de serviços de militância deve seguir a regra estabelecida no art. 35, § 12, da Resolução TSE nº 23.607/2019, que estabelece que as despesas com pessoal devem ser detalhadas com a identificação integral dos prestadores de serviço, dos locais de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação das atividades executadas e da justificativa do preço contratado.

Da análise dos contratos de prestação de serviços acostados aos autos, os quais detêm grande similaridade entre si, verificou-se que, de fato, não restou obedecida a regra acima referida, visto que ausente a indicação dos locais de trabalho e as horas trabalhadas, não bastando, nesse último ponto, a afirmação de que a carga horária diária será definida pelo cronograma de atividades, de acordo com a necessidade do contratante (cláusula terceira), até porque não foi



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

colacionado aos autos tal documentação, a qual poderia sanar os apontamentos realizados pela Unidade Técnica no item 4.1.1.

Assim, diante de tais ausências, justifica-se a manutenção da irregularidade apontada pela Unidade Técnica relativa aos gastos efetuados com despesa de pessoal, pois inviabilizada a certificação da regularidade dos gastos realizados.

Contudo, considerando que a irregularidade aqui tratada corresponde a 8,83% do total de receita declarada pelo candidato (R\$157.204,00), tem-se que a prestação de contas comporta aprovação com ressalvas, na esteira da consolidada jurisprudência dessa Egrégia Corte e do TSE.

### III – CONCLUSÃO.

Em face do exposto, o Ministério Público Eleitoral opina pela **aprovação das contas com ressalvas** e pela determinação de recolhimento do montante de **R\$13.876,40** ao Tesouro Nacional.

Porto Alegre, 21 de novembro de 2022.

LAFAYETE JOSUE PETTER  
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL AUXILIAR.